

E. EDITORIAL

Decorreu em maio passado, no Porto, mais uma edição do Congresso de Nutrição e Alimentação da Associação Portuguesa de Nutrição, neste caso a XVIII edição. Trata-se daquela que é provavelmente a mais importante reunião científica em Portugal, na área da alimentação e nutrição. Esta edição voltou a contar com mais de 1650 participantes, 80 oradores, representantes de 24 países diferentes e um número crescente de comunicações livres apresentadas (28 comunicações orais e 133 pósteres). Este dinamismo é o reflexo, essencialmente, da qualidade da organização e do interesse crescente desta área científica. Este crescimento e esta “maioridade”, dada pela edição 18, representam um desafio para todos os que anualmente se envolvem neste projeto: comissão organizadora, comissão científica e também para todos os oradores e congressistas. Será a capacidade de superar mais este desafio que se mostrará para o ano, em Lisboa, na décima nona edição do Congresso de Nutrição e Alimentação.

Para além dos resumos das comunicações apresentadas no Congresso, esta edição da Acta Portuguesa de Nutrição inclui também artigos por extenso, como sempre focando temas diversos desta área científica. Destacamos a revisão sobre Dieta Mediterrânica, por Real e Graça, que permite fazer um ponto de situação sobre a história deste modelo alimentar. Um conhecimento mais aprofundado da história e evolução do conceito da Dieta Mediterrânica parece hoje fazer todo o sentido, sobretudo porque, sabendo da inegável vantagem deste para a saúde, nos permite consolidá-lo mais adequadamente de acordo com as suas raízes, de modo a que a voragem dos dias e os interesses instalados não se apropriem inadequadamente deste património insubstituível.

Por último, assistimos recentemente à publicação de legislação, pelo nosso Parlamento, que introduz restrições à publicidade dirigida a menores de 16 anos de géneros alimentícios e bebidas que contenham elevado valor energético, teor de sal, açúcar, ácidos gordos saturados e ácidos gordos *trans*. Pese embora as dificuldades de legislar sobre esta temática e de garantir o seu estrito cumprimento em meios de comunicação cada vez mais complexos, o aparecimento deste tipo de leis acompanha a evolução do conhecimento científico na área e o reforço da importância da alimentação e da nutrição em todas as fases da vida. No limite, deverá ser sempre o conhecimento científico de qualidade que moldará o sentido deste tipo de normas, de modo a que estas sejam ao mesmo tempo úteis e robustas. Sem esta robustez, o conjunto de agentes que operam nesta área, e para os quais a saúde das populações não é a primeira prioridade, facilmente encontrarão brechas que fragilizem este tipo de intervenções, agora e no futuro. É na consolidação do conhecimento científico que a Acta Portuguesa de Nutrição continua a exercer o seu papel, para o qual tem contado com a inestimável ajuda de todos os que, generosamente, contribuem para a revisão dos artigos a ela submetidos. A todos agradecemos esse esforço tão importante.

Nuno Borges

Diretor da Acta Portuguesa de Nutrição